

As Lutas Simbólicas e a Construção da Hegemonia Neoliberal no Brasil: O Instituto Liberal e o Discurso de Deslegitimação das Propostas de Reforma Agrária nos Anos de 1990

Flávio Henrique Calheiros Casimiro

Resumo: Esse artigo propõe uma análise do discurso dos grupos conservadores no que concerne às propostas de reforma agrária e na atuação do Estado frente aos movimentos sociais, entendendo esses discursos como instrumentos de um projeto de sociedade neoliberal no Brasil. Para tanto, é proposto como objeto de pesquisa a atuação dos “intelectuais orgânicos” do Instituto Liberal, entendendo-o como um aparelho privado de hegemonia. A proposta concentra-se em debater as lutas simbólicas travadas no contexto de redemocratização do país no fim dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. Assim buscamos levantar e analisar as estratégias discursivo-ideológicas adotadas por esses intelectuais que objetivavam a naturalização dos interesses de classe dos grupos dominantes e universalizá-los como consenso. Nosso referencial teórico estrutura-se, principalmente, nas concepções de lutas simbólicas e naturalização de discursos propostos por Pierre Bourdieu e nas concepções de hegemonia e construção de consenso em Gramsci. Nesse sentido, propomos uma discussão em torno da estruturação dos discursos de deslegitimação das propostas de reforma agrária no Brasil e de repressão aos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Levantamos como fontes para tais discussões, as publicações do Instituto Liberal em alguns de seus periódicos e propostas de políticas alternativas, aos moldes neoliberais, contidas em sua série *Notas*. O quadro conjuntural que se desenvolveu a partir do processo de redemocratização em meados da década de 1980, aponta para um importante processo de transformações no cenário político-econômico e social brasileiro, constituindo-se como um contexto específico de lutas sociais e simbólicas pela hegemonização de um novo projeto de sociedade. Esse contexto envolve tanto aspectos políticos, com a busca da consolidação da democracia; econômicos, com o início de uma abertura econômica ao capital estrangeiro, os processos de privatização e as propostas neoliberais por uma chamada “reestruturação produtiva”; e sociais, na medida em que temos, nos anos de 1980, um importante fortalecimento dos movimentos sociais e das chamadas esquerdas, bem como a organização das classes dominantes no sentido de reconfigurarem suas bases de legitimação do poder. Nossa investigação busca analisar essa construção do discurso neoliberal no Brasil, tendo em vista a mobilização de estratégias pedagógicas discursivo-ideológicas distintas e adaptadas às condições político, econômicas e sociais de cada conjuntura na transição da “Nova República”. Assim, nossa proposta é discutir esse projeto neoliberal, entendendo-o como um processo, como uma construção cujo ritmo e intensidade de implementação são resultantes das especificidades da realidade social brasileira. Esse entendimento, ressalta e valoriza o papel dos agentes históricos como verdadeiros atores sociais, que por meio dos aparelhos privados de hegemonia e pelos veículos midiáticos atuaram pedagogicamente para a naturalização dessa visão de mundo no Brasil.

Palavras-chave: Lutas Simbólicas, Reforma Agrária e Instituto Liberal

O quadro conjuntural brasileiro e o Instituto Liberal

A conjuntura dos anos de 1980 e a transição para a Nova República apontam para um importante processo de transformações no cenário político, econômico e social brasileiro, constituindo-se como um contexto específico de lutas sociais e simbólicas pela hegemonização de um novo projeto de sociedade. No bojo de tais transformações, destacamos a atuação de “aparelhos privados de hegemonia” como instrumentos fundamental para os grupos dominantes na construção do consenso e na conseqüente construção de um projeto hegemônico neoliberal no Brasil.

Nesse sentido, tivemos a ação de determinados grupos no âmbito da sociedade civil, que buscaram naturalizar e universalizar seus interesses de classe como consenso. Essa ação pedagógica de persuasão discursivo-ideológica foi realizada por agentes e instituições, que investiram capital material e simbólico para defender seu posicionamento dominante no jogo político-econômico nacional. Como afirma Carla Luciana Silva, “essa atuação não é isolada, remete à existência de estados maiores, onde são formuladas visões de mundo e formas de organizar a dominação (...)” (SILVA, 2005, p. 19). Era preciso articular, entre si, os interesses das distintas frações do capital e é justamente nesse aspecto que apontamos o papel fundamental dos mecanismos midiáticos e da organização de outros “aparelhos privados de hegemonia”, para a construção de consenso em torno do projeto neoliberal. A reprodução do capital necessita de atores que, em níveis diferenciados, agem nos debates políticos e sociais. A hegemonia pressupõe a luta constante de afirmação, ou seja, ela é historicamente construída e cotidianamente defendida. É nesse sentido que propomos o estudo em torno das ações pedagógicas do chamado Instituto Liberal (IL) entre 1988 e 1998.

O Instituto Liberal (IL), fundado em 1983, na cidade do Rio de Janeiro, pelo engenheiro e empresário Donald Stewart Jr., foi criado com o objetivo de difundir a visão de mundo neoliberal no Brasil. A partir da instauração da Nova República, o Instituto Liberal foi transformado em rede nacional, com sedes em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife. De acordo com o estudo realizado pela cientista social Denise Gros,

os Institutos Liberais foram criados por um grupo de empresários que se propuseram a realizar uma missão de longo prazo: divulgar as ideias liberais entre as elites brasileiras, dedicando-se à atividade política e ideológica de defesa dos preceitos do liberalismo (GROS, 2003, p. 14).

Os Institutos Liberais desenvolveram uma série de estratégias de difusão ideológica neoliberal, objetivando capilarizar seu discurso por diversos setores e grupos sociais, principalmente naqueles considerados “formadores de opinião”, como políticos, empresários, professores universitários, jornalistas, militares e intelectuais simpatizantes da causa liberal.

As fontes de análise deste estudo concentram-se nas ações pedagógicas desenvolvidas pelo Instituto Liberal e publicadas por meio de seu periódico *Think Tank* e dos folhetos da chamada série *Notas*. Em *Notas*, temas em tramitação na Câmara e no Senado eram discutidos e analisados a partir dos interesses calcados na ideologia neoliberal. Para essa ação, foi criado no Instituto Liberal o Conselho Editorial de Notas. A proposta era apresentar a alternativa neoliberal quanto ao tema em debate no intuito de influenciar a decisão dos parlamentares. O projeto foi viabilizado por meio do suporte financeiro da instituição norte-americana CIPE – Center for International Private Enterprise.

No processo de construção do projeto hegemônico neoliberal no Brasil a partir dos anos finais da década de 1980, destacamos a necessidade, tanto da atuação efetiva e coercitiva do Estado - por meio das reformas de caráter neoliberal, desregulamentação de direitos dos trabalhadores e desarticulação e repressão aos movimentos sociais - como também da

construção do consenso por meio da ação pedagógica por agentes, instituições e aparelhos midiáticos. Dessa forma, o Instituto Liberal atuou pedagogicamente visando à naturalização de seus interesses, buscando transbordá-los, por meio de estratégias ideológicas e organizativas, para outras frações de classes, assim como propondo políticas, cobrando a atuação do Estado na adoção e execução de reformas e na ação repressiva contra os movimentos sociais.

Destacamos que o Instituto Liberal articulou suas estratégias de ação pedagógica de forma distinta específica para as diferentes realidades conjunturais no processo de transição para a Nova República. Destarte, nos anos de 1980 apontamos para uma postura defensiva por parte dos intelectuais orgânicos do Instituto Liberal. Tratava-se de uma conjuntura desfavorável ao projeto neoliberal em função de todo processo de politização e desenvolvimento das esquerdas e dos movimentos sociais, como é o caso do próprio MST.

Já a partir do início dos anos de 1990, temos um quadro conjuntural bem diferente. A queda do muro de Berlim e o conseqüente fortalecimento da naturalização do “pensamento único”, a concepção de “fim das ideologias” ou nas palavras de Fukuiama, “fim da história”, exerceram uma forte influência nas lutas simbólicas a favor do projeto neoliberal, assim como fortaleceram a postura imperialista das grandes potências capitalistas, a exemplo dos EUA. Os processos de abertura econômica e desregulamentação do Estado operados pelos governos, primeiramente, de Fernando Collor e intensificados no governo de FHC, ajudaram a construir aquela que seria uma importante reconfiguração conjuntural em favor dos setores dominantes e do projeto neoliberal. Além disso, a atuação decisiva dos veículos midiáticos e dos aparelhos privados de hegemonia, fortaleceram a construção e naturalização da visão de mundo neoliberal no Brasil nos anos de 1990.

Nesse novo contexto, a hegemonia do pensamento neoliberal foi construída e reiterada paulatinamente por meio de uma atuação ideológica propositiva incisiva. Agora, não era mais necessário se abster aos temas empíricos ligados às demandas populares, mas ao contrário, era importante e, mais do que isso, fundamental, a adoção de estratégias que visassem transbordar para os demais estratos sociais, os interesses de classe do bloco dominante. Dessa forma, podemos perceber, ao longo dos anos de 1990, a atuação do Instituto Liberal voltada à construção de um discurso organizativo e propositivo, tanto por meio da estruturação de novas ações e mecanismos de difusão, como pelo desenvolvimento de suas estratégias argumentativas.

Deslegitimação das propostas de reforma agrária e a cobrança pela repressão do Estado aos movimentos sociais do campo

Se, ao longo da década de 1980, a posição adotada pelos intelectuais orgânicos do Instituto Liberal foi pautada num discurso defensivo - evitando uma tomada de posição mais efetiva quanto aos temas sociais, no intuito de não confrontar-se fortemente com a crescente mobilização dos movimentos sociais - a nova conjuntura dos anos 1990, tratou de transformar esse discurso. Atacar frontalmente os interesses de tais movimentos representaria (nos anos 1980), assumir um discurso antipopular e declaradamente voltado aos interesses do grande capital, o que, por sua vez, não seria interessante aos propósitos de naturalização da visão de mundo neoliberal no Brasil. Mas, em um contexto mais favorável, nos anos de 1990, o discurso conservador poderia ser mais efetivamente explorado e incisivo, enunciando uma sinergia entre os interesses das classes dominantes e os das classes populares.

Um dos temas polêmicos, antes negligenciados, que, nos anos de 1990, foi fortemente criticado e, mais do que isso, frontalmente combatido foi o debate político e social

em torno da necessidade de uma verdadeira reforma agrária no Brasil. Estamos falando de um país cuja história é marcada pela concentração fundiária por frações dominantes sócio e historicamente favorecidas por políticas conservadoras, onde a necessidade de uma ampla, democrática e verdadeira reforma agrária, vinha sendo debatida como condição fundamental para a diminuição das desigualdades sociais e para própria subsistência e manutenção de uma grande fração de trabalhadores do campo. Entretanto, como se verá, a concentração fundiária não faz parte da história do Brasil, segundo os defensores do neoliberalismo.

No jogo de forças políticas do cenário brasileiro nos anos 1990, os grupos conservadores representantes dos grandes proprietários fundiários, em certa medida, apoiavam as propostas do projeto neoliberal, desde que essas não interferissem em seus interesses particulares. Como afirma Décio Saes, a classe fundiária manifesta-se, geralmente, a favor da maioria das propostas do receituário neoliberal, como as privatizações, desregulamentação, abertura econômica. Ela se opõe, entretanto, “(...) àquele aspecto do programa neoliberal que não convém aos seus interesses econômicos: a liquidação dos subsídios estatais à produção agrícola, o fim do tratamento especial dado pelo Estado aos agricultores endividados etc” (SAES, 2001, p. 90).

O Instituto Liberal (IL), em diferentes estratégias, buscou descaracterizar a luta pela reforma agrária no Brasil. Dessa forma, o IL operou um ataque frontal às propostas de reforma, como também aos movimentos dos trabalhadores sem-terra. O objetivo do Instituto Liberal era fortalecer as bases de oposição às propostas de reforma agrária, entre frações dos grupos conservadoras como os latifundiários, frações da burguesia e da classe média (principais públicos atingidos pelas ações pedagógicas do IL). Na revista *Think Tank* de julho de 1997, o Instituto Liberal lança um encarte especial, somente para apresentar a sua visão de como seria “equivocado” e, mais do que isso, “perigoso” investir em um projeto de reforma agrária no Brasil.

De acordo com o discurso neoliberal dos intelectuais orgânicos do IL, no que cinge à reforma agrária, haveriam alguns mitos disseminados socialmente, que deveriam ser desconstruídos. Um desses mitos seria que, contrariamente a ideia muito difundida no Brasil,

o nosso território não tem grandes extensões contínuas de terras férteis. Outro mito sobejamente divulgado é o de que o campo brasileiro é dividido por um pequeno número de grandes latifundiários improdutivos. A propriedade média rural no Brasil é, em muito, inferior à norte-americana e à Argentina, (...) (PRUNES, 1997. p. 3).

Ao negar o processo histórico de concentração fundiária no país, os neoliberais visam legitimar sua posição conservadora de defesa dos interesses da acumulação de capital e da defesa incondicional da propriedade privada. Assim, os intelectuais do IL operam uma ressignificação do processo histórico brasileiro, negligenciando seu caráter de concentração de terras nas mãos de uma pequena parcela de detentores do poder. O Instituto Liberal defende que, ao contrário do que normalmente é divulgado, “(...) o Brasil é um país de pequenas e médias propriedades. Na verdade, a dimensão média das propriedades rurais brasileiras é pequena, se comparada com a de inúmeros países que se destacam exatamente pela produtividade no campo” (PRUNES, 1997. p. 7). Insistentemente, os intelectuais do IL, assumem a argumentação de que no Brasil não existe um quadro de concentração fundiária. Todo histórico de poder dos grandes proprietários, característicos da tradição política brasileira, é negligenciado pelo Instituto Liberal para sustentar sua retórica de que a realidade do campo no Brasil é constituída de pequenas e médias propriedades. Quanto à necessidade de assentamento de trabalhadores no campo, os neoliberais afirmam que,

a superfície agricultável brasileira ocupada por latifúndios *improdutivos* é certamente inferior a 20% da área total (...) mesmo que toda a área ocupada pelos latifúndios fosse distribuída entre os sem-terra, ela seria suficiente para assentar apenas 20% deles, na melhor das hipóteses (PRUNES, 1997. p. 8).

Ou seja, na posição dos conservadores, qualquer iniciativa política no sentido de distribuição de terras, seria insuficiente ou, melhor, “ineficiente”. De acordo com os neoliberais do IL, “o problema da distribuição de renda no Brasil é, no entanto, exatamente o contrário do que normalmente se apregoa nas análises rápidas e superficiais (ou naquelas impregnadas de um viés ideológico)” (PRUNES, 1997, p. 8).

Outra argumentação utilizada pelos neoliberais para justificar a concentração fundiária no país, foi tentar estabelecer uma relação entre o tamanho da propriedade e a sua capacidade produtiva. A lógica do capital, no sentido da “maximização da produtividade” como fundamento para geração de riquezas nas economias “modernas”, é utilizada pelos intelectuais do IL em sua argumentação ao afirmarem que:

os Estados Unidos, com apenas 0,84% da população rural economicamente ativa da China, são capazes de produzir mais alimentos. Dessa equação nenhum país do mundo consegue escapar, ou seja, somente uma agricultura de alta produtividade (poucos trabalhadores por hectare e por propriedade) consegue oferecer um bom padrão aos agricultores (PRUNES, 1997, p. 9).

A posição incisiva de ataque às propostas de reforma agrária pelos neoliberais inscreve-se em um contexto importante das lutas sociais. O debate em torno da necessidade de uma reforma agrária no Brasil vinha paulatinamente ganhando corpo e expressão desde meados dos anos 1980. O fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), nos anos de 1990, com a intensificação das ocupações de terras e a criação de novos assentamentos, demonstrava a emergência de uma discussão mais séria sobre a questão, no plano político. A presença do MST já não podia mais ser simplesmente negligenciada. Sua atuação passava a chamar a atenção da sociedade brasileira, com muito mais expressão, e acompanhada pelos veículos midiáticos.

Diante disso, era preciso, para as posições conservadoras, desconstruir, desqualificar e deslegitimar os esforços na luta pela reforma agrária no País. Outro recurso fortemente explorado pelos grupos conservadores, nas lutas simbólicas, foi a tentativa retórica de converter o movimento dos trabalhadores sem-terra em “criminosos”. Essa estratégia simbólica foi executada pelos grupos conservadores sob a argumentação de que esses manifestantes, na verdade, seriam “vagabundos”, “marginais” e “bandidos” cuja atuação se pautaria pela invasão de propriedades “legítimas”, promovendo a destruição de patrimônio alheio tão importante na geração de riquezas para o país. Tais estratégias simbólicas foram fortemente armadas por meio de uma incisiva atuação dos aparelhos privados de hegemonia e, principalmente, por uma atuação midiática implacável de desqualificação das ações e dos propósitos do MST.

Em reportagem de capa para a revista do Instituto Liberal, *Think Tank* de setembro de 1998, o ex-ministro Roberto Campos chama a atuação do governo FHC, frente aos movimentos de trabalhadores sem-terra de “tolerante”, cobrando uma postura mais repressiva por parte do aparelho coercitivo do Estado. Assim, afirma o ex-ministro:

um dos princípios básicos a observar consiste no cumprimento da lei. A tolerância – tipificada pela passividade diante das ocupações do MST, por exemplo – estimula a imitação, o fechamento de estradas, os distúrbios dos presídios (que custam caríssimo ao contribuinte, para não se falar no resto), e o que mais ocorra a qualquer grupo insatisfeito e combativo (CAMPOS, 1998, p. 16).

Diante das palavras do ex-ministro Roberto Campos, em *Think Tank*, os movimentos dos trabalhadores sem-terra seriam como “exemplos negativos” que estimulariam a violência e a “desordem social”. O grande problema, reclamam os liberais, seria a “tolerância” com que esses grupos estariam sendo tratados. Esse tipo de discurso cobra uma ação coercitiva dura de repressão desses movimentos e ocupações, por parte do Estado. Assim, mais do que simplesmente atuar por meio de um caráter discursivo nas lutas simbólicas, esses aparelhos

privados de hegemonia, como o IL, atuam de forma propositiva, cobrando ações efetivas e, mesmo, repressivas por parte do Estado, para garantir a propriedade privada. Além disso, esse tipo de retórica visa à marginalização do movimento, apresentando-o como facção criminosa que deveria ser duramente combatida. A conquista e manutenção da hegemonia deve ser permanentemente reiterada, tanto por meio do consenso e direção cultural, como pela força coercitiva e repressiva. Assim, destacamos a atuação propositiva do IL junto ao aparelho de coerção estatal que “assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (GRAMSCI, 1989, p. 11).

Segundo o Instituto Liberal, “a miséria no campo não pode ser enfrentada com a divisão da terra. Hoje, agricultura é, antes de tudo, tecnologia e escala.(...) a exploração agropecuária sofre restrições e exige, para atingir plena produtividade, elevados investimentos visando à correção das características do solo” (PRUNES, 1997. p. 3-4). A concentração fundiária é defendida pelos grupos conservadores do Instituto Liberal, por uma suposta demanda por investimentos na atividade agropecuária, em que somente em grandes propriedades seria possível alcançar rendimentos para tanto. Nessa visão, o latifúndio seria condição necessária para própria utilização do solo, uma vez que, a atividade demandaria altos níveis de investimentos, que, por sua vez, seriam incompatíveis à realidade da pequena propriedade. Para o IL, “a superação dessas dificuldades exige, portanto, além de expressivo volume de capital, grande habilidade empresarial” (PRUNES, 1997. p. 4). Assim, os neoliberais justificam o latifúndio, como sendo condição necessária para a utilização da terra. Segundo o Instituto Liberal o pequeno proprietário não disporia de recursos materiais nem habilidade gestora para a manutenção “produtiva”, “lucrativa” e “sustentável” de sua propriedade.

Em tempos de ampliação do debate quanto à preservação do meio ambiente, o discurso ambiental é apropriado pelos neoliberais no sentido de legitimar sua posição na luta contra a reforma agrária. Dessa forma, o discurso de defesa do meio ambiente é utilizado na argumentação neoliberal como força simbólica para defender os interesses do capital. Segundo o Instituto Liberal:

não se pode perder de vista a questão ambiental quando se trata de reforma agrária. A simples distribuição de terras para pessoas sem conhecimento de cultivo e manejo de solos leva inexoravelmente à degradação da terra, luxo ao qual o Brasil não pode se dar devido às já baixas qualidades de seu solo (PRUNES, 1997. p. 10).

Como afirma José Sérgio Leite Lopes, nas últimas décadas vem sendo constituído um processo histórico de fortalecimento do discurso ligado à questão ambiental, onde o autor denominou de “ambientalização”. A “questão ambiental” passa a ser apropriada como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos sociais (LEITE LOPES, 2004). Assim, o discurso ambiental é apropriado e inserido nas lutas simbólicas no sentido de legitimar a posição conservadora contra a proposta de reforma agrária. Na argumentação dos neoliberais, a distribuição de terras em pequenas propriedades representaria um grande risco ambiental, na medida em que, primeiramente, os pequenos proprietários não teriam conhecimento necessário para a manutenção equilibrada do solo; e, em segundo, esses pequenos proprietários não disporiam de recursos necessários demandados por uma utilização “ambientalmente responsável” do solo. De acordo com o IL:

o fenômeno [de desertificação] que está acontecendo no nordeste – região onde predominam as pequenas e médias propriedades – encerra uma lição importante: agricultura é um negócio que exige tanto conhecimento como qualquer outra atividade urbana. Uma reforma agrária mal realizada, onde os sem-terra meramente recebam um lote de terra, sem muita orientação, está fadada a causar um verdadeiro

pesadelo ambiental – mais um, a se somar àqueles que o Brasil já está vivendo (PRUNES, 1997. p. 10) (grifos nossos).

Diante dessa lógica neoliberal, a distribuição fundiária em pequenas propriedades e a agricultura familiar seriam, não só economicamente inviáveis para o desenvolvimento econômico do País e para o próprio trabalhador, como também, extremamente prejudiciais ao meio ambiente, ou seja, nas palavras do autor, um “pesadelo ambiental”. Os problemas ambientais, como foi o exemplo do processo de desertificação no nordeste brasileiro, são estrategicamente atribuídos à distribuição de terras em pequenas e médias propriedades. Nessa argumentação são negligenciadas questões climáticas e de constituição de solos específicas da região, assim como a histórica exploração de monoculturas em sistema de latifúndios que contribuíram para o agravamento de tal processo. Mas na retórica neoliberal, tais questões não são consideradas. Além disso, os impactos ambientais causados por processos industriais, ou mesmo, os impactos gerados pela exploração intensa com a agroindústria, a exemplo dos chamados agrocombustíveis, entre uma infinidade de outras situações, não são mencionados no discurso do Instituto Liberal.

Travestidos de uma retórica popular, ora preocupada com a renda dos trabalhadores do campo, ora preocupada com o meio ambiente, os grupos conservadores defendem com todas as suas armas - sejam essas de caráter simbólico, por meio do discurso, sejam elas forças coercitivas, na repressão violenta sobre as reivindicações dos movimentos sociais como no caso do MST – a manutenção inquestionável da propriedade privada e da acumulação de capital. A hegemonia é conquistada e garantida, tanto pela construção do consenso, como pela força coercitiva. No plano simbólico e organizativo, a atuação dos veículos de comunicação e dos aparelhos privados de hegemonia foi incisiva e implacável no sentido de deslegitimar as propostas e reivindicações pela reforma agrária no Brasil.

Entre essas formas de luta simbólica, insere-se a ação do Instituto Liberal, que por meio de diferentes estratégias e mecanismos pedagógicos de persuasão, buscou fortalecer e ampliar o consenso dos conservadores para outros estratos da classe média. Em síntese, o IL defende que:

1) o Brasil não dispõe de grandes extensões de terras férteis; 2) a população rural brasileira é excessiva; 3) o Brasil é um país de pequenas e médias propriedades; 4) a agricultura gera pouca renda, tanto para empregados como para empregadores, inclusive nos países onde ela é altamente desenvolvida; 5) a divisão ainda maior, do terreno rural brasileiro, em pequenas propriedades, poderá agravar mais o problema de degeneração do solo, que em algumas áreas já é catastrófico. Esses cinco pontos por si só já desaconselhariam a adoção de qualquer política que tivesse como consequência a fixação do homem no campo (PRUNES, 1997. p. 10). (grifos nossos).

Como estabelece o Instituto Liberal, qualquer política de fixação do homem no campo é entendida como negativa e perigosa. Nessa perspectiva, para que o campo “prosperar”, minimamente, seria preciso reduzir o número de trabalhadores rurais, e intensificar a concentração fundiária. A única alternativa apontada pelo IL em relação aos trabalhadores rurais, seria o abandono do campo para transformarem-se em contingentes do exército de reserva de mão-de-obra nos grandes centros. Assim, o IL defende que a única política verdadeiramente eficaz seria “instruir o homem que hoje está no campo para que ele possa amanhã encontrar um emprego ou função, como pessoa qualificada, na indústria ou no setor de serviços dos centros urbanos” (PRUNES, 1997. p. 14).

Para que alguns poucos proprietários latifundiários possam ter maior lucratividade e outros poucos trabalhadores rurais possam ter melhores salários e dignidade, uma infinidade de trabalhadores rurais precisariam abandonar o campo e migrar para os grandes centros urbanos. A retirada do trabalhador rural do campo é a solução proposta pelos neoliberais. A

alternativa neoliberal não considera valores culturais ou tradições, apenas a lucratividade da produção para os fins de acumulação de capital. Como uma espécie de “moinho satânico” descrito por Karl Polanyi.

permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. Esta suposta mercadoria, a “força de trabalho”, não pode ser impelida, usada indiscriminadamente, ou até mesmo não utilizada, sem afetar também o indivíduo humano que acontece ser o portador dessa mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do “homem” ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome.(...) a natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e secas nas sociedades primitivas. Os mercados de trabalho, terra e dinheiro “são” sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a sua substância humana e natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico (POLANYI, 1980, p. 85).

Considerações Finais

A organização das classes e frações de classe burguesa em aparelhos privados de hegemonia, como discutimos ao longo de nosso estudo, representam, em grande medida, a mobilização de uma “contra-ofensiva” dos grupos conservadores em face da organização e fortalecimento dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda no contexto brasileiro desde meados dos anos de 1970. A abertura no bloco de poder com o processo de redemocratização do País abriu, também, um espaço significativo para as lutas pela hegemonização de um novo projeto de sociedade

Se na conjuntura dos anos de 1990 no Brasil, o discurso neoliberal de ataque às propostas de reforma agrária e de repressão violenta aos movimentos sociais do campo, como o MST, ganharam espaço e, em muitos momentos, chegaram até a assumir uma aparência de óbvia banalidade, é porque houve todo um trabalho de construção e doutrinação simbólica no sentido de naturalizar essa visão de mundo como uma *doxa* (BOURDIEU, 1998, p. 42). Por meio de uma análise discursiva é possível perceber alguns dos principais mecanismos adotados pelos grupos dominantes no sentido de defender e legitimar seus interesses capitalistas como “óbvios” e “naturais”. O discurso conservador visa a defender a concentração fundiária utilizando-se de roupagem popular, de defesa dos trabalhadores por meio da empregabilidade. No mesmo sentido, atacam as propostas de reforma agrária e os movimentos de trabalhadores sem-terra, tendo como elementos de justificação, desde a condição do solo brasileiro até o recurso de resignificação de nossa tradição latifundiária.

Dessa forma, a atuação dos meios midiáticos, assim como de agentes e aparelhos privados de hegemonia, como o Instituto Liberal, tem como objetivo naturalizar o discurso neoliberal como imprescindível ou, mais, como inevitável. O grande segredo da eficácia simbólica do discurso está no fato de funcionar como *doxa*, isto é, como uma verdade tida como evidente e aceita sem ter a razão como princípio, aquilo que é pressuposto, posto aquém da luta e, mesmo, da reflexão. É no universo produzido pela *doxa* que o sentido do mundo

ganha força, não apenas na forma de representação das coisas, mas como um modo por meio do qual se pode ser, ver e agir no mundo, ou seja, um modo de pensar/agir socialmente incorporado como *habitus* (BOURDIEU, 2007). Assim, a desnaturalização de tais estratégias discursivo-ideológicas impostas e naturalizadas como *doxa* pelo pensamento neoliberal constitui-se como uma importante trincheira acadêmica no campo das lutas sociais.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Portugal: Celta Editora, 2001.

_____. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz - 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. (teses FEE n. 6).

LEITE LOPES, J. S. (Coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane, SILVA, Gláucia (Org.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio: Relume Dumará, 2004.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.

SAES, Décio. *A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo. 2001.

SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005.

Fontes Primárias

CAMPOS, Roberto. Entrevista. In: *Think Tank*. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 2, n. 5, setembro, 1998.

CONTRATO de trabalho por prazo determinado. *NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei*, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 58, 1996.

PASTORE, José. O Desemprego Tem Cura? (Encarte Especial). In: *Think Tank*. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 2, novembro, 1997.

PRUNES, Cândido Mendes. A lógica da Reforma Agrária. (Encarte Especial) In: *Think Tank*. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 1, julho, 1997.